

Sumário

Apresentação da série	7
Apresentação do volume	9
CAPÍTULO I - A IMUNIDADE RECÍPROCA DO ICMS: O CASO DOS CORREIOS	11
1.1 Contextualização do tema	13
1.2 Disciplina jurídico-constitucional da matéria	16
1.3 Noção de serviço público	19
1.4 Conceito e disciplina normativa da empresa pública	22
1.5 Personalidade jurídica e o método da descentralização ..	24
1.6 Regime tributário e de bens das empresas públicas.....	29
1.7 Imunidade constitucional tributária recíproca dos entes federativos.....	33
1.8 Crítica à decisão do Tribunal Regional Federal	35
1.9 Serviço Postal mantido pela União como atividade fim e meio.....	37
1.9.1 <i>Atividade-fim: prestação de serviços públicos</i>	37
1.9.2 <i>Atividade-meio: estruturação operacional</i>	39
1.9.2.1 <i>Embalagens não são mercadorias</i>	41
1.9.2.2 <i>Transporte de encomendas não constitui atividade isolada</i>	42
1.9.2.3 <i>Serviços de comunicação da ECT</i>	43
1.9.2.4 <i>Logística integrada</i>	45
1.10 Conclusões	46
CAPÍTULO II - PENHORA ON-LINE E CONFISCO DOS MEIOS DE SOBREVIVÊNCIA E DE PRODUÇÃO	53
2.1 Preliminares	55
2.2 Enquadramento normativo da matéria na CF e na Lei	58
2.3 Inconsistências do sistema de bloqueio eletrônico	61
2.4 Caráter substantivo do princípio universal da dignidade da pessoa humana	63
2.5 A livre iniciativa como fundante da atividade privada	70

Apresentação da série

A Universidade Estadual de Santa Cruz movida pelo desejo de sistematizar e colocar à disposição do público acadêmico a obra do professor Carlos Valder do Nascimento, um dos docentes da Casa na área jurídica com maior produção publicada, decidiu fazer uma coletânea de seus trabalhos, fartamente conhecidos no país, mas pouco explorados pela comunidade acadêmica interna.

Os estudos constantes do presente livro formam a obra intitulada Série ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO desvelados pela essencialidade de sua doutrina. Referem-se a diversos trabalhos escritos pelo referenciado no campo da pesquisa e do magistério a partir de 1983 e, portanto, correspondente a sua trajetória de mais de três décadas no Departamento de Ciências Jurídicas desta Universidade.

O **quinto volume** da série, sob o título de **Direito Tributário I - Imunidade dos correios e penhora on-line**, constitui-se dos seguintes artigos: A imunidade recíproca do ICMS: o caso dos Correios; Penhora *on-line* e confisco dos meios de sobrevivência e de produção.

O trabalho exaustivo de pesquisa levou o autor a um patamar elevado em face da natural repercussão dos pontos de vista esposados e pela diversificação de sua obra com trânsito por diversos ramos do conhecimento jurídico. Assim, pôde, ao longo do tempo, participar diretamente das discussões dos mais variados temas polêmicos enfrentados pelo Supremo Tribunal Federal, sendo por este várias vezes citado em seus julgados, credenciando-o como um autor acatado no cenário jurídico brasileiro.

Daí, a observação do jurista Ives Gandra da Silva Martins:

Conheço Carlos Valder há mais de trinta anos. Jurista de prestígio nacional e autor de sólida obra no campo do Direito Tributário — alguns em co-autoria comigo —, granjeou como advogado, professor e jurista, desde o início de sua carreira, conhecimento de seus pares e admiração pela objetividade e segurança com que sempre tratou dos temas a que se dedicou e sobre os quais escreveu. É um professor de Direito com a preocupação de preservação do direito de defesa dos valores democráticos e um idealista, que vê na cátedra forma de colaborar com o desenvolvimento do País...¹

Não bastasse isso, a doutrina que desvela na formulação de suas teses jurídicas, bem construídas, como foi o caso da coisa julgada inconstitucional, lhe valeu a devida notoriedade. Além disso, tantas foram as contribuições, visando à formação do convencimento dos magistrados, reveladas no número da expressiva jurisprudência que têm dado primazia as suas manifestações doutrinárias, seja pelos tribunais superiores, seja pela justiça de primeiro grau. Tem sido igualmente citado em várias obras de conceituados juristas pátrios.

Cabe ressaltar que ao longo da sua profícua carreira acadêmica grande foi a sua participação no debate oral e escrito de temas polêmicos e relevantes do cenário jurídico brasileiro.

Como consequência desse esforço acadêmico empreendedor, é que se pode colher, contemporaneamente, o fruto do seu labor forjado no amadurecimento profissional e, em verdade, dessa vontade persistente nasce uma coletânea reveladora do fôlego produtivo do docente, em razão do seu conteúdo substantivo.

¹ MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Emenda dos precatórios**: fundamentos de sua inconstitucionalidade. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 9. Prefácio.

Apresentação do volume

Este volume cuida do tema referente à imunidade tributária recíproca dos entes autônomos da federação. E, por extensão, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Trata-se de matéria da maior relevância na medida em que inclui no debate a empresa pública e, sobretudo, a ECT.

Nessa linha, no primeiro capítulo, sustenta o ponto de vista de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em razão de seu regime jurídico e de bens é destinatária da imunidade impositiva. O estudo, nesse caso específico, refere-se a imunização do ICMS em face de sua condição de prestadora de serviços públicos em regime de monopólio.

E, no segundo capítulo, mostra o uso abusivo da penhora on-line, como instrumento que desafia a sobrevivência das empresas. E, noutro ponto, atinge a dignidade do ser humano em face do caráter perverso de que se reveste quando valores referentes a verba alimentar são bloqueados indevidamente pelo Judiciário.